

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9.^a REGIÃO – TRT 9.^a REGIÃO
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE
RESERVA NOS CARGOS DE ANALISTA JUDICIÁRIO E DE TÉCNICO JUDICIÁRIO
EDITAL N.º 5 – TRT 9.^a REGIÃO, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2007

O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9.^a REGIÃO – TRT 9.^a Região torna públicos o **resultado final nas provas objetivas** e a **convocação para a prova prática** dos candidatos ao cargo de Técnico Judiciário – Área Serviços Gerais – Especialidade Telecomunicações e Eletricidade, para o concurso público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva nos cargos das carreiras de Analista Judiciário e de Técnico Judiciário.

1 Resultado final nas provas objetivas e convocação para a prova prática, na seguinte ordem: nível, cargo/área/especialidade, local, data e horário de realização da prova prática, número de inscrição, nome do candidato em ordem alfabética e nota final nas provas objetivas

1.1 NÍVEL MÉDIO

1.1.1 TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA SERVIÇOS GERAIS – ESPECIALIDADE TELECOMUNICAÇÕES E ELETRICIDADE

LOCAL: Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR) – Parque Tecnológico II – Bloco da Mecânica – Rua Imaculada Conceição, n.º 1.155 (entrada pelos portões 1 e 2 e portal) – Prado Velho, Curitiba/PR.

DATA: 2 de dezembro de 2007.

HORÁRIO: 8h (horário local da cidade de Curitiba/PR).

10046486, Antonio Marcos Alves, 56,00 / 10027096, Carlos Szollosi, 61,00 / 10008737, Fabio Ferla, 66,00 / 10031199, Francisco Koshino, 61,00 / 10030108, Ivalino Papini, 57,00 / 10005219, Narcizio Delamar Roque, 57,00 / 10028534, Nelson Coutinho Melco, 56,00 / 10052409, Rafael Radaskievicz, 56,00 / 10039097, Raul Rodrigues Luca, 56,00 / 10042245, Romulo de Oliveira Leite, 57,00.

3 DA PROVA PRÁTICA

3.1 A prova prática consistirá de verificação de conhecimento prático do candidato, de acordo com os conhecimentos específicos para o cargo/área/especialidade, definidos no subitem 16.2.2.4 do edital de abertura.

3.2 A prova prática versará sobre:

- a) conhecimento prático em instalações de redes elétricas prediais de alta e de baixa tensão;
- b) utilização e manuseio de instrumentos eletrônicos de medidas elétricas, testes de rede e comunicações;
- c) conhecimento técnico para instalação e manutenção de equipamentos elétricos e eletrônicos;
- d) capacidade de uso de instrumentação para instalação, manutenção corretiva e preventiva de equipamentos elétricos e eletrônicos;
- e) interpretação de diagramas de sistemas elétricos e de comunicações;
- f) conhecimento em instalação e configuração de redes de computadores;
- g) habilidade no uso de ferramentas manuais de teste e de instalação elétrica, de redes de computadores e de comunicações;
- h) capacidade de reconhecimento de dispositivos elétricos, componentes de redes de computadores e de suas aplicações.

3.2.1 O candidato será avaliado por aproximadamente 30 minutos, no total, tempo em que deverá responder as perguntas que lhe forem feitas, bem como executar as atividades propostas pela banca avaliadora.

3.3 No dia de realização da prova prática, os candidatos permanecerão isolados em uma sala de espera até o momento da sua avaliação.

3.4 A prova prática valerá 10,00 pontos.

3.5 Será considerado aprovado o candidato que obtiver pontuação igual ou superior a 5,00 pontos.

3.6 O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização da prova prática com antecedência mínima de **uma hora** do horário fixado para o seu início, munido somente de caneta esferográfica de **tinta preta** fabricada em **material transparente**, do comprovante de inscrição ou do

comprovante do pagamento da taxa de inscrição e do documento de identidade **original**.

3.7 Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente modelo com foto).

3.7.1 Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, CPF, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo sem foto), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade, nem documentos ilegíveis, não-identificáveis e/ou danificados.

3.7.2 Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo do documento.

3.8 Por ocasião da realização da prova prática, o candidato que não apresentar documento de identidade **original**, na forma definida no subitem 3.7 deste edital, não poderá fazer a prova prática e será automaticamente eliminado do concurso público.

3.9 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização da prova prática, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, noventa dias, ocasião em que será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados, de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.

3.9.1 A identificação especial será exigida, também, ao candidato cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador.

3.10 Não será aplicada prova em local, data ou horário diferentes dos predeterminados neste edital.

3.11 Não será admitido ingresso de candidato no local de realização da prova prática após o horário fixado para o seu início.

3.12 O candidato que se retirar do ambiente de prova não poderá retornar em hipótese alguma.

3.13 Não haverá segunda chamada para a realização da prova prática. O não-comparecimento a esta implicará a eliminação automática do candidato.

3.14 No dia de realização da prova prática, **não será permitido ao candidato entrar no ambiente de provas portando aparelhos eletrônicos**, tais como *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica etc.

3.14.1 Não será permitida a entrada de candidatos no ambiente de prova com armas. O candidato que estiver armado será encaminhado à Coordenação.

3.14.2 **Não** será permitida a entrada de candidato na sala de prova usando **relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer itens de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc.**

3.14.3 O candidato que estiver portando qualquer tipo de arma ou de aparelho eletrônico ou que estiver usando quaisquer dos itens citados no subitem 3.14.2 será impedido de entrar na sala e **não** realizará a prova prática de apanhamento taquigráfico.

3.14.4 O CESPE/UnB não se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização da prova prática, nem por danos neles causados.

4 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 As justificativas de alteração dos gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas, em razão das interposições de recursos feitas pelos candidatos, estarão disponíveis para consulta a partir do dia **30 de novembro de 2007**, no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/concursos/trt92007>.

4.1.1 O CESPE/UnB não arcará com prejuízos advindos de problemas de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como de outros fatores, de responsabilidade do candidato, que impossibilitem a visualização das justificativas.

4.2 O resultado final nas provas objetivas e o resultado final no concurso público para o cargo de Técnico Judiciário – Área Administrativa será publicado no *Diário Oficial da União* e divulgado na Internet, no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/concursos/trt92007>, na data provável de **5 de dezembro de 2007**.

4.3 O resultado provisório na prova prática para o cargo de Técnico Judiciário – Área Serviços Gerais – Especialidade Telecomunicações e Eletricidade será publicado no *Diário Oficial da União* e divulgado na Internet, no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/concursos/trt92007>, na data provável de **10 de dezembro de 2007**.

WANDA SANTI CARDOSO DA SILVA

Desembargadora Federal do Trabalho

Presidente do TRT 9.^a Região